VI - identificar e analisar eventos de interesse e os diversos tipos de crimes, bem como os respectivos padrões, técnicas e tendências, de forma a subsidiar as decisões nas ações de prevenção e/ou repressão qualificadas;

VII - difundir e compartilhar dados, informações e conhecimentos de interesse comum, observados os princípios de oportunidade, sigilo, interação, precisão, imparcialidade e objetividade;

VIII - promover a qualificação contínua dos profissionais de inteligência;

IX - coletar, quando necessário, ressalvados os impedimentos legais e o sigilo decretado de forma fundamentada, informações sobre:

a) qualquer investigação criminal;

b) por determinação do Secretário da Segurança Pública, investigação administrativa que estiver sendo executada no respectivo âmbito;

X - obter dados e informações, produzir e difundir conhecimentos de interesse das atividades de inteligência de segurança pública e defesa social;

XI - identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais à segurança pública e produzir conhecimentos e informações que subsidiem ações para prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza ou relativos a outros temas de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Artigo 8º - No desenvolvimento das atividades do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Estado de São Paulo - CIISP-SP, o Secretário da Segurança Pública poderá, observada a legislação pertinente:

I - firmar convênios, contratos e acordos de cooperação com entidades especializadas, públicas ou privadas;

II - solicitar a cessão de servidores da administração pública direta e indireta que possuam capacitação técnica para integrarem o CIISP-SP, desde que devidamente credenciados pelo mesmo e após frequência ao curso integrado de inteligência.

Artigo 9º - Os agentes designados para integrar o Centro Integrado de Intelgência de Segurança Pública do Estado de São Paulo - CIISP-SP deverão:

I - ser, obrigatoriamente, indicados pela direção dos órgãos dentre os seus membros;

II - possuir, nos termos da legislação em vigor, credencial de segurança necessária para o exercício das atividades próprias do CIISP-SP.

Artigo 10 - Os agentes que atuem direta ou indiretamente no Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Estado de São Paulo - CIISP-SP, ou que tenham conhecimento de dados e informações produzidos ou obtidos em seu âmbito, responderão civil, administrativa e criminalmente por condutas violadoras dos princípios e das regras atinentes à matéria de que trata este decreto.

Artigo 11 - Ficam proibidas, sob pena de responsabilização civil, administrativa e criminal:

I - a difusão de métodos ou procedimentos operacionais de inteligência;

II - a revelação de dados sobre as instalações e a identificação do pessoal integrante do CIISP-SP;

III - a quebra de sigilo de quaisquer dados, informações ou assuntos por ele protegidos.

Artigo 12 - Os órgãos a que se refere o artigo 2º deste decreto deverão assegurar anualmente recursos necessários ao desenvolvimento das atividades de inteligência relativas à segurança da sociedade e do Estado.

Artigo 13 - A Secretária da Segurança Pública destinará os meios e recursos necessários para implantação e funcionamento do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Estado de São Paulo - CIISP-SP.

Artigo 14 - O Regimento Interno do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Estado de São Paulo - CIISP-SP será editado mediante resolução do Secretário da Segurança Pública, observado o disposto no artigo 4º, inciso IV, alínea "c", deste decreto.

Artigo 15 - Para os efeitos deste decreto deverão ser observados os seguintes conceitos:

I - atividade de inteligência de segurança pública é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para:

a) a identificação, o acompanhamento e a avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera de segurança pública;

b) a produção de informações e conhecimentos, em subsídio ao planejamento de ações dos órgãos a que se refere o artigo 2º deste decreto;

c) prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos, de qualquer natureza, atentatórios à ordem pública;

II - atividade de contrainteligência destina-se a produzir conhecimentos para proteger a atividade de inteligência e a instituição a que pertence, de modo a salvaguardar dados e conhecimentos sigilosos e identificar e neutralizar ações adversas de qualquer natureza.

Artigo 16 - O Secretário da Segurança Pública, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação deste decreto, expedirá resolução definindo as normas para implantação e implementação do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Estado de São Paulo - CIISP-SP.
Artigo 17 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 26 de fevereiro de 2013

GERALDO ALCKMIN

Fernando Grella Vieira

Secretário da Segurança Pública

Lourival Gomes

Secretário da Administração Penitenciária

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 26 de fevereiro de 2013.

DECRETO Nº 58.914, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013

Homologa, por 180 (cento e oitenta) dias, o Decreto do Prefeito do Município de Pracinha, que declarou Situação de Emergência em áreas do Município

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Senhor Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Defesa Civil,

Decreta:

Artigo 1º - Fica homologado, por 180 (cento e oitenta) dias, o Decreto municipal nº 654, de 15 de janeiro de 2013, que declarou Situação de Emergência em áreas do Município de Pracinha, nos termos do Decreto federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, e da Instrução Normativa nº 1, de 24 de agosto de 2012, do Ministério da Integração Nacional.

Artigo 2º - Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, dentro de suas respectivas atribuições, ficam autorizados a prestar apoio complementar à população das áreas afetadas daquele município, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de janeiro de 2013.

Palácio dos Bandeirantes, 26 de fevereiro de 2013

GERALDO ALCKMIN

Edson Aparecido dos Santos

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 26 de fevereiro de 2013.

Atos do Governador

DECRETO(S)

DECRETOS DE 26-2-2013

Dispensando, Maria Elizabeth Falcão Silva, RG 10.209.698, das funções de membro do Conselho Estadual da Condição Feminina, na qualidade de representante do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - Fussesp.

Designando, com fundamento no art. 2º da Lei 5.447-86, Diva Carvalho, RG 5.526.825-0, para integrar, como membro, o Conselho Estadual da Condição Feminina, na qualidade de representante do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - Fussesp, em complementação ao mandato de Maria Elizabeth Falcão Silva.

Casa Civil

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Secretário, de 26-2-2013

No OF.PJ-119-2013 (CC-17558-2013), em que é interessado Fábio Santos de Moraes: "À vista dos elementos constantes do expediente e em cumprimento à decisão prolatada pelo Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, nos autos do Mandado de Segurança 0007615-77.2003.8.26.0053, torno sem efeito o ato publicado no D.O. de 8-4-2003, na parte em que indeferiu o pedido de Fábio Santos Moraes, RG 24.944.349-1, Professor Educação Básica II, a fim de conceder-lhe o afastamento para o exercício de mandato de Secretário de Formação junto ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - Apeoesp, no período de 29-6-2002 a 28-6-2005.

ASSESSORIA JURÍDICA DO GOVERNO

Despacho da Procuradora do Estado Assessora-Assistente, de 26-2-2013

No processo DGP-6052-2010, vols. I ao IX (CC-133797-2012), *clap.* CC-17569-2013, sobre vista de processo: "Fica deferida vista do processo em referência, ao interessado Osvaldo Negrini Neto, por intermédio de seu advogado, Arles Gonçalves Junior, OAB-SP sob o nº 168.982, por 10 dias, no interior do Núcleo de Protocolo, no Palácio dos Bandeirantes, localizado na Av. Morumbi, 4500 - térreo - sala 23, ante a existência de documentos originais de difícil restauração (LF 8.906-94, art. 7º, § 1º, "2"), facultada a extração de cópias reprográficas das peças indicadas mediante o recolhimento da respectiva taxa."

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CHEFIA DE GABINETE

Extrato de Termo de Aditamento

Processo 24066/2009 - Partícipes: O Estado de São Paulo, através do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Município de Mogi Mirim, por meio do seu Fundo Social de Solidariedade - Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio 169/2009 - Cláusula(s) Aditada(s): Cláusula Sétima – O prazo de vigência do ajuste, previsto no caput da Cláusula Sétima, fica prorrogado até a presente data, nos termos do cronograma de trabalho que, juntado às fl. 162 dos autos, integra o presente instrumento para todos os fins. Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições do Convênio original não alteradas pelo presente termo. - Data da assinatura: 19-02-2013

Extrato de Termo de Aditamento

Processo 20627/2008 - Partícipes: O Estado de São Paulo, através do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e o Município de Itobi, por meio do seu Fundo Social de Solidariedade - Objeto: Primeiro Termo de Aditamento ao Convênio 043/2009 - Cláusula(s) Aditada(s): Cláusula Primeira – O Plano de Trabalho, de que cuida a Cláusula Primeira do Convênio, fica alterado nos termos dos documentos insertos às fls. 286 e 287 dos autos, que passam a integrar o ajuste para todos os fins. Cláusula Sétima - O prazo de vigência do ajuste, previsto no caput da Cláusula Sétima, fica prorrogado até a presente data. Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições do Convênio original. - Data da assinatura: 26-02-2013

CASA MILITAR

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

Despacho do Coordenador, de 26-2-2013

Alterando o contido no Termo de Convênio abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:

MUNICÍPIO DE GUARIBA - Processo GG 132.861-2011

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Cláusula Décima Primeira do Convênio CMil-47-630-11, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Da Vigência

O presente convênio vigorará até 12-6-2013, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada e lavratura de termo aditivo."

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio referido no preâmbulo, não modificadas por este termo.

Energia

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Retificação do D.O. de 22-02-2013

No item 2 dos "Processos deliberados na 220ª Reunião de Diretoria – 21-02-2013": onde se lê "TN 2820/2010", lê-se "TN 2028/2010".

2. Processo ARSESP/3044/2010 – Proposta de emissão de Auto de Infração – TN 2028/2010 – Agente: CPFL Geração de Energia S/A – Empreendimento: PCH Cariobinha Americana.

Colocada a matéria em discussão e votação, a Diretoria da Arsesp, acompanhando o voto do Relator, deliberou por unanimidade dos presentes pela lavratura de Auto de Infração contra a CPFL Geração de Energia S/A, de acordo com o disposto nos incisos I e III § 2º do Art. 20 da Resolução ANEEL 63, de 12-05-2004, em razão de ter sido confirmada a não conformidade N.1 indicada no Relatório de Fiscalização Pontual 011/2010-ARSESP e no respectivo Termo de Notificação TN 2028/2010, com a penalidade de multa do Grupo III, considerando a dosimetria, nos termos dos Arts. 14 e 15 da Resolução Normativa 63/2004, bem como do art. 2º da Lei 9.784, de 29-01-1999, com o valor da multa de R\$ 3.694,70 por caracterizada a hipótese constante no art. 6º inciso XIV da Resolução Normativa 63, de 12-05-2004.

Planejamento e Desenvolvimento Regional

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho da Responsável pelo Expediente, de 7-2-2013
PROCESSO SPDR 3042/2012

Interessado: Coordenadoria de Administração

Assunto: Aquisição de eletrodomésticos para unidades desta Secretaria.

Diante dos elementos de instrução do Processo SPDR 3042/2012, bem como dos termos do Parecer CJ SPDR no 021/2013, e tendo-se em vista que a contratada, em tese, entregou em atraso os produtos oferecidos na Bolsa Eletrônica de Compras – BEC, edital eletrônico de contratações DL 40326/2012, Oferta de Compra número 290109000012012OC00185, ainda que considerada a prorrogação por ela solicitada, INTIMO a empresa "J. BONACH DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA. - ME", na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da presente intimação, tome ciência dos fatos apurados no âmbito do Processo SPDR 3042/2012, oportunizando-lhe, nos termos previstos no artigo 87, §2º, da Lei Federal 8.666/93, o oferecimento de suas razões a respeito de tais fatos, acrescentando que os fatos objeto de apuração revelam-se suficientes para, em tese, ensejar a aplicação da pena de multa, correspondente a até 0,4% do valor do contrato, por dia de atraso, com fundamento no artigo 87, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, e no artigo 2º da Resolução SEP 06/90.

ESCLAREÇO, ademais, que a presente intimação tem por objetivo assegurar a V.S.º o respeito ao devido processo legal, com estrita garantia do exercício do contraditório e da ampla defesa, de modo que os autos do Processo SPDR 3042/2012, bem como de qualquer outro relacionado aos fatos apurados, encontrem-se à vossa disposição para tomar vistas ou, caso seja de vosso interesse, extrair as cópias que entender necessárias.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

GABINETE DO COORDENADOR

Despacho do Coordenador, de 26-2-2013

Processo: 724027-9/2012

Interessado: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SP
Assunto: Procedimento Sancionatório – Ref.: Contrato 103/2011 – Contratada Vale Express Benefícios LTDA - EPP.

Diante dos elementos de instrução do Processo DETRAN 724.027-9/2012, bem como dos termos do Parecer CJ 263/2012 exarado em 27-09-2012, e tendo em vista que a empresa VALE EXPRESS BENEFÍCIOS LTDA – EPP não apresentou qualquer defesa em face dos fatos que lhe foram imputados neste processo sancionatório, DECIDO, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002, culminada com o artigo 3º, inciso I da Resolução SGP 13/2007;

I. Aplicar à empresa "VALE EXPRESS BENEFÍCIOS LTDA – EPP", inscrita no CNPJ/MF 07.731.019/0001-57, em razão do inadimplemento parcial do contrato, a pena de multa, no montante de 30% sobre o valor total da obrigação não cumprida, no importe de R\$ 27.561,36, nos termos da Resolução SGP 13/2007, além da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 anos, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 10.520 de 17-07-2002.

Após o julgamento dos recursos, ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, providencie-se a notificação da contratada e o recolhimento da multa, a pena de multa, com eventuais débitos da Fazenda Estadual em favor da empresa, ou a execução das garantias contratuais. Na seqüência, providencie-se a imediata divulgação no site www.sancoes.sp.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso à Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – sistema BEC/SP e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Estadual.

Gestão Pública

UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS

Instrução UCRH nº 3, de 22-2-2013

A Coordenadora da Unidade Central de Recursos Humanos, da Secretaria de Gestão Pública, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 57.884, de 19 de março de 2012, expede a seguinte instrução:

1. Para o ano de 2013, os modelos de instrumentos de avaliação, os fatores de competência, os respectivos indicadores de desempenho e outras providências necessárias para fins de aplicação da Avaliação de Desempenho Individual instituída pelo Decreto nº 57.884, de 19 de março de 2012, ficam definidos de acordo com a presente instrução.

2. Os instrumentos que compõem a Avaliação de Desempenho Individual são:

- Formulários de Avaliação:
  - nível elementar (anexo I);
  - nível intermediário (anexo II);
  - nível universitário (anexo III);
  - função de comando (anexo IV).
- Plano de Desenvolvimento do Servidor – PDS (anexo V);
- Recurso (anexo VI);
- Relatório de Desempenho Individual - RDI (anexo VII).

3. Os instrumentos de que trata o subitem 2.1. serão utilizados para autoavaliação e para avaliação da chefia imediata.

4. Para preenchimento dos instrumentos da Avaliação de Desempenho Individual considera-se:

4.1. Fator de Competência: elemento de articulação entre conhecimentos, habilidades e atitudes do servidor para a realização de suas atividades;

4.2. Indicador de Desempenho: unidade mínima de verificação de desempenho em um fator de competência;

4.3. Parâmetro para atribuição de pontuação: parâmetros de proficiência previamente definidos para orientar o avaliador e o avaliado na mensuração do desempenho.

4.4. Ciclo de Desempenho: corresponde ao período de 1º/01/2012 à 31/12/2012, o qual será considerado para avaliar o desempenho do servidor.

5. O servidor terá seu desempenho avaliado de acordo com o nível do cargo ou função que esteja em exercício no ciclo de desempenho, conforme o item 2.1 desta instrução.

5.1. Em caso de alteração do cargo ou função durante o ciclo de desempenho, o servidor será avaliado no cargo ou função em que se encontre em exercício nos últimos 90 (noventa) dias do ciclo de desempenho.

5.1.1. A alteração pode ocorrer quando o servidor vier a ser nomeado ou admitido em cargo em comissão ou função de confiança ou quando deixar de ter exercício em cargo em comissão ou função de confiança.

5.2. Se não contar com o tempo descrito no item 5.1. no mesmo cargo ou função, o servidor será avaliado no cargo ou função em que esteve em efetivo exercício por maior tempo durante o ciclo de desempenho.

DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

6. Todos os indicadores de desempenho deverão ter pontuação atribuída.

6.1. Os indicadores de desempenho que não tiverem atribuída nenhuma pontuação serão considerados como valor "zero", para fins de cálculo do resultado da avaliação.

7. Para o preenchimento da tabela de "Consolidação do Formulário de Avaliação" deverá ser observado o seguinte procedimento:

7.1. Na coluna "Pontos" deverá ser indicado o valor de cada fator de competência, que será obtido a partir da soma dos pontos dos respectivos indicadores de desempenho.

7.2. Para a totalização da coluna "Pontos" deverá ser feito o cálculo da soma dos valores de cada fator de competência;

7.3. Na coluna "Média" deverá ser indicada a média de cada fator de competência, obtida pelo seguinte cálculo: valor do fator de competência dividido pelo número de indicadores de desempenho deste fator;

7.4. Para a totalização da coluna "Média" deverá ser utilizado o valor do campo "totalização" da coluna "Pontos" dividido pelo total de indicadores de desempenho do formulário.

7.5. Na coluna "Proficiência" deverá ser considerada a média do fator de competência e indicado o nível de proficiência referente a este valor;

7.6. Para a totalização da coluna "Proficiência" deverá ser indicado o nível de proficiência referente ao valor obtido no item 7.4.

7.7. Os níveis de proficiência são equivalentes aos parâmetros para atribuição de pontuação e estão indicados abaixo da tabela.

DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO SERVIDOR

8. O Plano de Desenvolvimento do Servidor – PDS é um instrumento no qual a chefia imediata deverá preencher para cada servidor que for por ele avaliado.

8.1. O PDS poderá ser utilizado pelo órgão de recursos para planejar a melhor alocação de pessoal no órgão.

DO RECURSO

9. O Recurso deverá ser efetuado pelo servidor, quando não concordar com a pontuação obtida na avaliação realizada pela chefia imediata.

9.1. O recurso deverá ser redigido pelo servidor, com auxílio do órgão setorial ou subsetorial de recursos humanos e encaminhado à chefia mediata do referido servidor.

DO RELATÓRIO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL

10. O Relatório de Desempenho Individual- RDI deverá contar com:

10.1. O resultado da autoavaliação - AA em pontos absolutos e ponderados;

10.2. O resultado da avaliação da chefia imediata - ACI em pontos absolutos e ponderados;

10.3. Consolidação das avaliações acima especificadas, que deverá considerar os seguintes pesos:

10.3.1. Autoavaliação: 30%;

10.3.2. Avaliação da chefia imediata: 70%

10.4. A pontuação final da Avaliação de Desempenho Individual deverá considerar o seguinte cálculo:

10.4.1. Autoavaliação: Pontuação obtida X 0,3 (AA * 0,3);

10.4.2. Avaliação da chefia imediata: Pontuação obtida X 0,7 (ACI * 0,7);

10.4.3. Somatório dos valores obtidos acima (AA * 0,3 + ACI * 0,7 = ADI).

10.5. O Resultado final da avaliação de desempenho individual ponderado será apresentado nas seguintes formas:

10.5.1. Valor Absoluto Ponderado: será calculado pela pontuação final da Avaliação de Desempenho Individual dividida pelo número total de pontos possíveis do formulário de avaliação, multiplicar o resultado por 100 (ADI/TP * 100);

10.5.2. Nível de Proficiência: será calculado pela pontuação final da Avaliação de Desempenho Individual dividido pelo número total de indicadores de desempenho do formulário de avaliação, este valor será convertido em nível de proficiência.

10.6. O Relatório de Desempenho Individual apresentará o resultado final da avaliação em valor absoluto, sem a utilização de casas decimais, observadas as regras de arredondamento constantes no item 20 desta instrução.

DO PROCEDIMENTO E DOS PRAZOS DE AVALIAÇÃO

11. Os diretores dos Órgãos Setoriais de Recursos Humanos das Secretarias de Estado, Procuradoria Geral do Estado e Autarquias que contem com servidores abrangidos pela Lei Complementar nº 1.157, de 02 de dezembro de 2011, deverão expedir Portaria com detalhamento dos procedimentos internos para aplicação da Avaliação de Desempenho Individual – ADI obedecendo o disposto no Decreto nº 57.884, de 19 de março de 2012, e nesta instrução.

12. Os formulários de autoavaliação e avaliação da chefia imediata deverão ser preenchidos respectivamente pelo próprio servidor e pela chefia imediata sendo vedada a transferência total ou parcial de responsabilidade pelo preenchimento, sob pena de responsabilização dos envolvidos.

12.1. Em caso do servidor estar afastado no período destinado à autoavaliação, ele não poderá efetuar sua autoavaliação, neste caso será considerada apenas a avaliação da chefia imediata.

12.1.1. Se o afastamento for por motivo de férias ou licença-prêmio, ele poderá realizar a autoavaliação durante o período de 5 (cinco) dias que antecede ao prazo destinado à aplicação do formulário de autoavaliação.

12.2. Em caso de impossibilidade da chefia imediata em formalizar a avaliação do servidor a avaliação ficará a cargo de seu substituto ou da chefia mediata.

13. As chefias imediata e mediata deverão encaminhar os instrumentos de avaliação referidos, respectivamente, nos itens 2.1, 2.2 e 2.3 desta instrução, devidamente preenchidos, aos Órgãos Setoriais ou Subsetoriais de Recursos Humanos, em data prevista na Portaria a ser editada pelos diretores dos Órgãos Setoriais de Recursos Humanos.

14. A Portaria deverá detalhar o procedimento para que o servidor possa interpor recurso contra a avaliação da chefia imediata, observando-se os prazos e regras estabelecidos no artigo 21 do Decreto nº 57.884, de 19 de março de 2012.

15. O Relatório de Desempenho Individual deverá ser expedido pelos Órgãos Setoriais ou Subsetoriais de Recursos Humanos até31/05/2013.

16. Os instrumentos da Avaliação de Desempenho Individual deverão ser devidamente assinados pelos envolvidos no processo e juntados ao prontuário do servidor pelo Órgão Setorial ou Subsetorial de Recursos Humanos.

16.1. Na hipótese de recusa do servidor avaliado em assinar qualquer uma das notificações do processo de Avaliação de Desempenho Individual, a chefia imediata deverá registrar o fato,